Inspector distrital-adjunto de bombeiros do distrito do Porto de 20 de Março de 2002 a 30 Março de 2003.
Inspector distrital de bombeiros de Viseu em regime de substituição a partir de 31 de Março e até 30 de Abril de 2003.
Delegado de socorros a náufragos da Federação de Bombeiros do Distrito de Viseu.
Delegado nacional da Federação de Bombeiros do Distrito de Viseu.
Conselheiro nacional da Liga dos Bombeiros Portugueses.
Várias acções de formação — cursos básico de combate a incêndios para comandantes, de metodologia aplicada aos incêndios florestais, de propagação de incêndios florestais, de nadador-salvador, de segurança no combate a incêndios florestais, 2.º curso de segurança contra incêndios florestais, para comandantes operacionais — módulo florestal, de coordenação aérea, prático de protecção contra incêndios, essencial de socorrismo, de matérias perigosas, de liderança e chefia, de preparação pedagógica para formadores, II curso ibérico de actualização e aplicação de tecnologias GPS, elementar de protecção civil e «Short course on fire safety» e vários seminários, encontros técnicos, colóquios e simpósios.
Louvores e medalhas — inspector distrital de bombeiros de Viseu em 3 de Abril de 2002, Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Cinfães em 7 de Janeiro de 2003 e inspector nacional de bombeiros em 25 de Março de 2003.
Atribuição de medalhas:

Liga dos Bombeiros Portugueses, cobre, 1 estrela, cinco anos, em 4 de Novembro de 1983;
Liga dos Bombeiros Portugueses, prata, 1 estrela, 10 anos, em 4 de Novembro de 1983;
Liga dos Bombeiros Portugueses, grau ouro, 15 anos, em 18 de Dezembro de 1983;
Liga dos Bombeiros Portugueses, grau ouro, 20 anos, em 20 de Dezembro de 2002;
Liga dos Bombeiros Portugueses, grau ouro, 30 anos, em 20 de Dezembro de 2002;
Câmara Municipal de Cinfães, prata, «Relevantes serviços prestados à comunidade cinfanense», em 30 de Dezembro de 2002.

Despacho n.º 9885/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 42.º e na alínea *a*) do artigo 49.º-A do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.os 97/2005, de 16 de Junho, e 21/2006, de 2 de Fevereiro, conjugado com o disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e sob proposta do comandante operacional nacional, nomeio Carlos Manuel Almeida Guerra, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, para desempenhar as funções de 2.º comandante operacional distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Leiria.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência funcional adequada ao exercício das funções para que é nomeado, tal como atesta a síntese do respectivo *curriculum vitae* que é publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Março de 2006.

10 de Março de 2006. — O Presidente, *Arnaldo Cruz.*

Síntese curricular

Nome — Carlos Manuel Almeida Guerra.
Nascimento — 15 de Janeiro de 1959, em Santa Catarina, concelho das Caldas da Rainha.
Residência — freguesia de Benedita, concelho de Alcobaça.
Bilhete de identidade n.º 4410906, emitido pelo arquivo de identificação de Lisboa em 8 de Fevereiro de 2006.
Habilitações literárias — 12.º ano.
Despenho das funções de:

Comandante do corpo dos Bombeiros da Benedita, desde 4 de Junho de 1993;
Comandante operacional da zona de Leiria Sul, 1998-2001;
Conselheiro regional da Liga dos Bombeiros Portugueses, 1998-1999;
Vogal do conselho executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses, no triénio de 2000-2002;
Comandante de sector operacional de Leiria, 2001-2004;
Secretário técnico-adjunto do conselho executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses, no triénio de 2003-2005.

Formação específica nas áreas de segurança contra incêndios, liderança e gestão de recursos humanos, organização de postos de comando, formação pedagógica de formadores e chefes de grupo de combate na Escola Nacional de Bombeiros.
Chefe de grupo de incêndios florestais (FDF3) pela Ecole application de securité civile, de França.
Possuidor de diversas condecorações da Liga dos Bombeiros Portugueses e louvores do inspector regional de Lisboa e Vale do Tejo, do inspector distrital de bombeiros de Leiria e do inspector nacional de bombeiros.

Despacho n.º 9886/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 42.º e na alínea *c*) do artigo 49.º-A do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.os 97/2005, de 16 de Junho, e 21/2006, de 2 de Fevereiro, conjugado com o disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e sob proposta do comandante operacional nacional, nomeio o engenheiro técnico agrário Daniel Robalo Simões, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, para desempenhar as funções de 2.º comandante operacional distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Viana do Castelo.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência funcional adequada ao exercício das funções para que é nomeado, tal como atesta a síntese do respectivo *curriculum vitae* que é publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Março de 2006.

10 de Março de 2006. — O Presidente, *Arnaldo Cruz.*

Síntese curricular

Nome — Daniel Robalo Simões.
Categoria — engenheiro técnico agrário de 1.ª classe.
Nomeações:

Em 14 de Julho de 1989, foi nomeado definitivamente técnico de 2.ª classe da carreira de engenheiro técnico agrário por despacho ministerial de 19 de Maio de 1989, com visto do Tribunal de Contas em 9 de Junho de 1989, e com publicação no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 160, de 14 de Julho de 1989, com tomada de posse em 14 de Julho de 1989;
Por concurso interno da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, foi nomeado definitivamente técnico de 1.ª classe da carreira de engenheiro técnico agrário.

Situação actual perante a Administração Pública:

Vínculo — nomeação definitiva;
Serviço — DGRF/circunscrição florestal do Norte, Núcleo Florestal do Alto Minho.

Actividades desenvolvidas, de entre outras:

Pelo despacho interno n.º 37, de 15 de Julho de 1997, da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, nomeado responsável pelo sector de gestão do património florestal do vale do Lima, tendo como funções todos os aspectos relacionados com a gestão do Núcleo (área financeira e patrimonial), bem como a coordenação das acções de prevenção, detecção e apoio ao combate de fogos florestais e a gestão da rede nacional de postos de vigia;
Desde 2004, apoio técnico no Núcleo Florestal do Alto Minho, com funções de coordenação funcional dos meios afectos às acções de exploração florestal e de prevenção, detecção e apoio ao combate de fogos florestais e gestão da rede nacional de postos de vigia;
Coordenação do Centro de Prevenção e Detecção de Viana do Castelo (CPD 28) em 2005;
Técnico de acompanhamento de 11 brigadas de sapadores florestais (de entidades externas ao Núcleo);
Participação em colóquios e palestras e frequência de diversos cursos de formação profissional relacionados com detecção, prevenção e apoio ao combate a fogos florestais.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 9887/2006 (2.ª série). — 1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do regulamento do concurso externo de ingresso na categoria de adido de embaixada, da carreira diplomática, aprovado pelo despacho n.º 25 806/2005, de 24 de Novembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 239, de 15 de Dezembro de 2005, determino que o membro docente do júri Prof. Doutor José Alberto de Azevedo Lopes, designado pelo despacho n.º 27 103/2005,

de 16 de Dezembro, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 250, de 30 de Dezembro de 2005, seja substituído pelo Prof. Doutor Wladimir Brito, designado membro efectivo responsável pela área de direito internacional e direito comunitário do programa do concurso, sendo designado como seu substituto legal o Prof. Doutor Nuno Piçarra.

2 — As designações acima indicadas produzirão efeitos imediatos sobre a data da respectiva publicação.

21 de Abril de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 9888/2006 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Abril de 2006 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, foram promovidos a técnicos verificadores principais, da carreira de técnico verificador, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral os seguintes funcionários:

Luís António Albuquerque do Carmo.
António Maria dos Santos Graças.
Florbela Maria Nóia Vieira.
Maria Helena Fernandes Silva.
Hermínio dos Anjos Fernandes.
Vítor Manuel Pereira Costa Marques.
Maria do Rosário Valadares Souto e Cardoso Campos.
Rogério Paulo Castelo Mourão.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Abril de 2006. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos.*

Despacho (extracto) n.º 9889/2006 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Abril de 2006 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo:

António José Fernandes Teixeira, técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior — promovido a técnico superior de 1.ª classe da mesma carreira do quadro de pessoal desta Direcção-Geral. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Abril de 2006. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos.*

Despacho (extracto) n.º 9890/2006 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Abril de 2006 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e após parecer da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública de 5 de Abril de 2006, confirmativo dos respectivos pressupostos:

José da Silva Ferreira, reverificador assessor da carreira técnica superior aduaneira — promovido a reverificador assessor principal da mesma carreira, em resultado do exercício de funções dirigentes. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Abril de 2006. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos.*

Despacho (extracto) n.º 9891/2006 (2.ª série). — Pelo despacho de 11 de Abril de 2006 do director-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, foram promovidos a primeiros-verificadores superiores da carreira técnica superior aduaneira do quadro de pessoal desta Direcção-Geral os seguintes funcionários:

Ângelo Filipe Monteiro Moreno Couto.
Odete Conceição Pereira Rodrigues Vieira.
Fernanda Isabel Martins Limão.
José Jorge Araújo Ferreira.
João Pedro Rodrigues Teles.
Marta Isabel Geadas Caixa de Oliveira.
Ana Margarida de Sousa e Silva.
João Paulo Cabral Pereira.
Arminda Fortes Santos de Carvalho Tavares.
António João Nunes Patinhas Gião.
António Pedro Vaz Ayres Martins.
Luís Filipe da Graça dos Santos.
Ricardo Manuel Gonçalves da Silva de Deus.
Mafalda Isabel Contreiras dos Santos.
Jorge Manuel Pinheiro Carreiro de Carvalho Quadros.
Maria Helena de Matos Delgado.
José Miguel Pinto Batista Marques Pereira.
Carlos Alberto da Silva Varela Magalhães.
Elísio Manuel Alves Silva Fontes.
Sofia Alexandrina Martins Bernardino Ribeiro.
Paula Alexandra Angleu Teixeira Gonçalves.
Nuno Vasco Candeias Costa Ramos.
Marco António Costa Macedo.
António Manuel Pereira dos Santos.
Sílvia Alexandra Ferreira Lopes.
Cláudia Sofia Martins Marques Antunes Gata.
Maria João Pacheco da Cunha Coutinho.
Nuno Rafael Martins Aleixo.
Maria Elisabete Frias Gomes.
Paulo Jorge André da Silva.
Pedro Miguel Bessa Valente de Almeida Ferraz.
Ana Rita Veiga Freire dos Santos Rôlo.
José Henrique Ferreira de Oliveira.
Pompeu Rosa dos Santos.
Berta Maria Mendes Rebelo.
Adelson Nogueira do Amaral.
Ernesto Domingos Teixeira.
Sílvia Carmo Vilas Cunha.
João Miguel Alemão Gaspar Belo.
António José Santos Garcia Barradas Bico.
Jorge António Jesus Colaço.
Isabel Maria Vieira Osório Dias.
Paulo Jorge Cunha Almeida.
Rui Miguel Carvalho de Morais.
Paulo Sérgio Alexandre Ramos.
José Manuel de Carvalho Parente.
Maria José Rosa Pompeu Santos.
Carlos Alberto da Silva Gomes.
Maria do Rosário Mendes de Oliveira.
Nuno Miguel Carido Ribeiro Oliveira.
Luís Filipe da Silva Pereira.
Jorge Avelino Campos Almeida.
Carla Isabel Ferreira Azevedo Nunes.
Marina Susana Teixeira Galvão Carvalho.
Carlos Manuel Ferreira.
José Paulo Moura Santos.
José Afonso Diz Ferreira Moura.
António Lima Correia.
Margarida Maria Andrade Costa Fernandes.
Rui Carlos Martins Machado.
Diogo Gonçalves da Silva.
Pedro Miguel Arsénio Lino da Rocha.
José Tibúrcio Sousa Castro.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Abril de 2006. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos.*

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 5290/2006 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — Ao abrigo do disposto no artigo 62.º da lei geral tributária, no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no artigo 94.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de Maio, delego as minhas competências tal como se indica:

1 — Chefia das secções:

1.ª Secção de Tributação do Património — António José Ferreira Rodrigues, CFA 1, em regime de substituição;
2.ª Secção de Tributação do Rendimento e Despesa — António Manuel Peres Magalhães, CFA 1, em regime de substituição;
3.ª Secção da Justiça Tributária, CFA 1 Manuel Augusto Gomes dos Santos;
4.ª Secção da Tesouraria, CFA 1 Maria José Pinheiro Rodrigues.

2 — Atribuição de competência — aos chefes das Secções, sem prejuízo das funções que pontualmente lhes venham a ser atribuídas pelo chefe do Serviço de Finanças ou seus superiores hierárquicos, bem como da competência que lhe atribui o artigo 93.º do Decreto Regulamentar n.º 42/83, de 20 de Maio, e que é assegurar, sob minha orientação e supervisão, o funcionamento das Secções e exercer a adequada acção formativa e disciplinar relativa aos funcionários, competirá:

2.1 — De carácter geral, comum a todos os adjuntos:

a) Controlar a assiduidade, pontualidade, faltas e licenças dos funcionários das respectivas secções, com excepção da justificação de faltas e de concessão de férias;